



---

## **RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000988-02.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara da Infância, Juventude e Anexos da Comarca de Itajaí

### **ATIVIDADE CORREICIONAL**

### **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 19/2015.

Período da correição: 6-7-2015 até 4-9-2015.

### **EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio

Analista Jurídico: André Pacheco



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Itajaí

Unidade: Vara da Infância, Juventude e Anexos da Comarca de Itajaí

Municípios integrantes: Itajaí

Juiz titular: Ademir Wolff

Chefe de cartório: Maria Gorete de Oliveira Aragão

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26 a 30-09-2011, processo n. 0011903-52.2011.8.24.0600.

Competência: Resolução – TJ 03/05: "[...] Competência privativa para questões da Infância e da Juventude (art. 101 do CDOJESC e Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente) e feitos relativos a sucessões, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações, previstos nos arts. 96, I, “c” e “h”, 97 e 98, exceto I, “d”, todos do CDOJESC." A partir de 10/06/2011 perdeu a competência para processar e julgar os feitos relativos às sucessões que envolvam maiores e capazes, Res TJ 11 de 04/05/11.

Entrância: Especial

Data da instalação/lei de criação: 12-12-2005 / Lei Complementar n. 224/02.

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		1.393
1.1.2	Processos em andamento	1.291	
1.1.3	Procedimentos em andamento	102	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		32
	Família - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	2	
1.1.4.2	Ag. Digitalização	1	
1.1.4.3	Ag. Encerramento do Ato	24	
1.1.4.4	Ag. Prazo	3	
1.1.4.5	Recebido do Juiz – Despacho	2	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	156	3
1.1.5.2	Serviço Social	80	44
1.1.5.3	Setor de Psicologia	2	0
1.1.6	Observações		
	a) Informações obtidas em 9-9-2015.		
	b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 7-7-2014.		



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.732
1.2.2	Processos em andamento	2.632
1.2.3	Procedimentos em andamento	100
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	260
1.2.5	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015.

### PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	430
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Distribuição	4 4
1.2.8	Juiz (Ademir Wolff e Manoelle Brasil Soldati)	154 11
1.2.9	Ministério Público	93 2
1.2.10	Serviço Social	109 68
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.11	Advogado	64 31
1.2.12	Perito	2 1
1.2.13	Defensoria Pública	4 0
1.2.14	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2015 (mês atual).

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensa
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2013	1.663	139
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2014	1.579	132
1.2.22	Janeiro a agosto de 2015	977	122
1.2.23	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	28	3
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		1	1
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		5	2
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		90	3
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		2	1
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		4	1
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	99	108
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 29-6-2015. b) Segunda verificação em 9-9-2015 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.10 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.10.1	Cartório - recebido do advogado	11	3	3	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.10.2	Cartório - aguardando	81	28	61	5
1.3.10.3	Cartório - aguardando AR	44	14	73	6
1.3.10.4	Cartório - aguardando carta precatória	21	14	28	19
1.3.10.5	Cartório - aguardando confecção de relação	137	12	133	77
1.3.10.6	Cartório - aguardando mandado	113	39	84	20
1.3.10.7	Cartório - aguardando publicação de relação	7	4	57	1
1.3.10.8	Cartório - arquivar	43	7	73	4
1.3.10.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.10.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.10.11	Cartório - escaninho do juiz	3	1	6	2
1.3.10.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	9	2	11	1
1.3.10.13	Cartório - escaninho do promotor	13	4	149	4
1.3.10.14	Cartório - prazo 1 a 31	173	29	164	47
	Expedição/cumprimento				
1.3.10.15	Cartório - cumprir despacho	189	173	10	7
1.3.10.16	Cartório - cumprir despacho urgente	16	8	0	0
1.3.10.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.10.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.10.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.10.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.10.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.10.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.10.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.10.24	Cartório - aguardando petição	35	22	11	0
1.3.10.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	40	21	45	29
1.3.10.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 29-6-2015.				
	b) Segunda verificação em 9-9-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	80	15
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica





1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-5-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.553	627
	Petição intermediária		216	31
	Peticionamento eletrônico		1	0
	Mandados		41	2
	AR		187	172
	Execução de sentença		5	0
	Incidente processual		0	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		38	8
	Pauta de audiências		3	0
	Carga		98	60
	Cartas recebidas		71	6
	Processo		499	316
	Recurso		1	0
	Usuário	393	32	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		0	0
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		37	5
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		5	3
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 29-6-2015.				
b) Segunda verificação em 9-9-2015.				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	287	174
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		93	89
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		90	67
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 29-6-2015.</p> <p>a.1) Item 1.5.1: mês de referência: abril/2015, considerando que os meses subsequentes encontram-se indisponíveis.</p> <p>a.2) Item 1.5.2: dados do mês de maio de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ.</p> <p>a.3) Item 1.5.5: mês de referência: abril/2015, considerando que os meses subsequentes encontram-se indisponíveis. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 9-9-2015</p> <p>b1) Item 1.5.1: mês de referência: agosto/2015.</p> <p>b2) Item 1.5.2: dados do mês de agosto de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ.</p> <p>b.3) Item 1.5.5: mês de referência: agosto/2015. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Prejudicado	Corretamente alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não alimentado	Não alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 29-6-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Suspensa a obrigatoriedade de alimentação dos dados do sistema, pelo Ofício-Circular nº 25/CNJ/COR/2015. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): não foram encontrados no sistema registros de processos ou de bens. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos passíveis de serem cadastrados no SNBA. b) Segunda verificação em 9-9-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): data da última atualização: 1-9-2015. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): não foram encontrados no sistema registros de processos ou de bens. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos passíveis de serem cadastrados no SNBA. Na resposta de fl. 55 o magistrado sugere que a alimentação seja feita pela secretaria, ou, não sendo autorizado, solicita a prorrogação do prazo para a alimentação.		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não alimentado	Não alimentado
1.7.2	Observações			
	a) Primeira verificação em 29-6-2015. b) Segunda verificação em 9-9-2015. c) Existem 6 programas institucionais de acolhimento cadastrados no sistema, quais sejam: Abrigo Novo Amanhecer Meninas; Abrigo Novo Amanhecer Meninos; Associação Lar da Criança Feliz; Estrela de Isabel – Programa Estrela de Luz; Estrela de Isabel - Recanto Dona Maroca; Estrela de Isabel - Recanto Logun Edé. Nenhum programa esta atualizado.			



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 23 de setembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio  
Assessora Correicional - Mat. 22.690

André Pacheco  
Analista Jurídico – Mat. 20.683